



**Luciene Alcinda de Medeiros**

**Políticas públicas de enfrentamento  
da violência doméstica contra a mulher:  
o processo de formulação para a agenda  
governamental no estado do Rio de Janeiro  
(1986-2006)**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Orientadora: Ilda Lopes Rodrigues da Silva

Co-orientador: Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho

Rio de Janeiro  
Janeiro de 2012



**Luciene Alcinda de Medeiros**

**Políticas públicas de enfrentamento  
da violência doméstica contra a mulher:  
o processo de formulação para a agenda  
governamental no estado do Rio de Janeiro  
(1986-2006)**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-  
Graduação em Serviço Social do Departamento de  
Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da  
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora  
abaixo assinada.

**Prof.<sup>a</sup> Ilda Lopes Rodrigues da Silva**

Orientadora  
Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof.<sup>o</sup> Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho**

Co-orientador  
Departamento de Sociologia e Política – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Ludmila Fontenele Cavalcanti**

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

**Prof.<sup>o</sup> José Cláudio de Souza Alves**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

**Prof.<sup>a</sup> Denise Pini Rosalem da Fonseca**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Sueli Bulhões da Silva**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Mônica Herz**

Vice-Decana do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2012

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

### **Luciene Alcinda de Medeiros**

Graduou-se em História na Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC) em 1993, onde também concluiu a Pós-Graduação *Latu Sensu* em História Social do Brasil, em 1994. Possui mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1998). Atualmente é professora auxiliar da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de intervenções do âmbito das Políticas Públicas e História com ênfase em estudos sobre gênero, políticas públicas de gênero e violência contra a mulher. Participou de diversos congressos na área de História, apresentando trabalhos acadêmicos com foco na área das políticas públicas de gênero

Medeiros, Luciene Alcinda de

Políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher: o processo de formulação para a agenda governamental no estado do Rio de Janeiro (1986-2006) / Luciene Alcinda de Medeiros ; orientadora: Ilda Lopes Rodrigues da Silva ; co-orientador: Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho. – 2012.

300 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2012 .

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Políticas públicas de gênero. 3. Agenda governamental. 4. Movimento feminista. 5. Violência doméstica. I. Silva, Ilda Lopes Rodrigues. II. Carvalho, Ricardo Emmanuel Ismael de. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

Dedico este trabalho aos meus pais,  
Josefa e Antonio pelo amor incondicional,  
pelo apoio e coragem que sempre me transmitiram

## Agradecimentos

Como um mosaico produzido com pequenas peças, esse trabalho foi elaborado com o apoio e a solidariedade de muitas pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram.

À minha Orientadora Professora Ilda Lopes pela atenção, apoio e direcionamento em todo o período de construção desta tese.

Ao meu Co-orientador Professor Ricardo Ismael pelo estímulo, apoio e pelos desafios propostos no decorrer da construção da tese.

Aos meus amigos de trabalho, pela compreensão e pela ajuda nesse período de doutoramento.

Aos professores que aceitaram o convite e participarão da Banca de Defesa da tese.

Aos amigos e amigas João, Celso, Selma, Solange, Nina, Leu, Marlucia, Claudio, Tereza, Claudia Monteiro, Henrique, Tania, Antonio, Inácio e Maury meu agradecimento especial, pela demonstração de afeto, atenção, cuidado, carinho e solidariedade.

À todas as entrevistadas que, gentilmente, me propuseram momentos de grande aprendizagem.

À toda equipe da Casa São Francisco: Zé Carlos, Aracy, Adaulto, Kate, Néia, Reinaldo, Domingos, Daniel, Edna, Antonio e Cacao, que me acolheu nesses últimos meses.

Ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, em especial as professoras Denise Pini e Sueli Bulhões, pelo aprendizado e incentivo.

Aos funcionários do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, em especial à Joana, pelo apoio e dedicação.

À minha família pelo apoio incondicional nesse processo e em especial a Maria Edith, Joelza, Lucileide e Dilene.

À PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ser realizado.

## Resumo

Medeiros, Luciene Alcinda de. Silva, Ilda Lopes Rodrigues da. (Orientadora); Carvallho, Ricardo Emmanuel Ismael de. (Co-Orientador). **Políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher: o processo de formulação para a agenda governamental no estado do Rio de Janeiro (1986-2006)**. Rio de Janeiro, 2012. 300 p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese Políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher: o processo de formulação para a agenda governamental no estado do Rio de Janeiro (1986 – 2006), descreve e analisa o processo histórico da formulação das políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo, no estado do Rio de Janeiro, a partir da implantação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), em 1986, até a promulgação da Lei n. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. Diante de um exame preliminar da leitura específica da literatura sobre o tema, evidencia-se que há uma lacuna de pesquisas na esfera estadual sobre o período da formulação da agenda governamental proposto no presente estudo. Neste sentido, recupera-se o processo da formulação das políticas públicas a partir da perspectiva Kingdoniana (2003) e da contribuição da micro-história, pois toma-se como premissa o entendimento de que as políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher formam a tendência geral e mais visível do processo da formulação da referida política (escala macro) e que a escala micro é composta pelas estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores/atrizes sociais segundo sua posição e seus recursos, tanto individuais, quanto grupais. A pesquisa qualitativa apresentou-se enquanto o melhor recurso metodológico para compreender a complexidade do processo de formulação para a agenda governamental. O estudo aborda a evolução desse processo no marco legal a partir do mapeamento da legislação estadual e no âmbito institucional com a reflexão sobre a atuação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim) que desde o ano de 1987, de forma ininterrupta, vem atuando no campo das políticas

públicas voltadas para a igualdade de gênero no estado do Rio de Janeiro. Como resultado desse trabalho, foi possível identificar as estratégias de ação adotadas pelo movimento de mulheres e feminista fluminense visto que a inclusão desse tema na agenda governamental, no estado do Rio de Janeiro, foi fruto da pressão desses movimentos iniciados na década de 1970 mas que tiveram no período estudado efetiva participação no processo de elaboração da agenda governamental no que tange as políticas de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

## **Palavras-Chave**

Políticas públicas de gênero; agenda governamental; movimento feminista; movimento de mulheres; violência de gênero; violência doméstica contra a mulher; violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo

## Abstract

Medeiros, Luciene Alcinda de. Silva, Ilda Lopes Rodrigues da. (Orientadora); Carvvalho, Ricardo Emmanuel Ismael de. (Co-Orientador). **Public Policies for Fighting Domestic Violence Against Women: process of formulating of the governmental agenda in the state of Rio de Janeiro (1986 – 2006)**. Rio de Janeiro, 2012. 300p. PhD Thesis – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present thesis Public Policies for Fighting Domestic Violence Against Women: process of formulating of the governmental agenda in the state of Rio de Janeiro (1986 – 2006) describes and analyzes the historical process of the formulation of public policies for the confrontation of the violence against women committed by intimate partners in the State of Rio de Janeiro, from the deployment of the first Police Station for Women's Healthcare - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), in 1986, until the promulgation of the Law n. 11.340/2006 – with the name of Law of Maria da Penha. In front of a preliminary examination of reading specific to the literature on the topic, there is a gap in research at the state level on the period of the formulation of the governmental agenda proposed in the present study. In this sense, retrieves the process of formulation of public policies from the perspective Kingdoniana (2003), and the contribution of micro-history, because it was premised on the understanding that the public policies of coping with violence against women form the general trend and more visible in the process of formulation of the policy (macro scale) and that the micro scale is composed by social strategies developed by the various social actors/actresses according to their position and their resources, both individual and group. The qualitative research was presented as the best methodological resource to understand the complexity of the process of formulating for the governmental agenda. The study deals with the evolution of this process in legal mark from the mapping of state law and within the institutional framework with the reflection on the performance of the State Council of Women's Rights - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), that since the year of 1987, for a continuous, has been working in the field of

public policies for gender equality in the State of Rio de Janeiro. As a result of this work, it was possible to identify the strategies of action adopted by the women's movement. As a result of this work, it was possible to identify the strategies of action adopted by the women's movement and feminist from this state, since the inclusion of this theme in governmental agenda, in the state of Rio de Janeiro, was the result of the pressure of these movements started in the 1970s, but that had in the period studied, effective participation in the process of drafting the governmental agenda regarding the policies of facing domestic violence against women.

## **Keywords**

Public policies on gender; government agenda; feminist movement; women's movement; gender violence; domestic violence against women; domestic violence perpetrated by intimate partners

## Sumário

|        |                                                                                                                                      |     |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.     | Introdução                                                                                                                           | 16  |
| 1.1.   | Nota metodológica                                                                                                                    | 20  |
| 2.     | Políticas públicas voltadas para o combate à violência contra a mulher: uma perspectiva de enfrentamento das desigualdades de gênero | 28  |
| 2.1.   | A imagem da desigualdade no Brasil                                                                                                   | 28  |
| 2.2.   | Sobre a violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo                                                          | 32  |
| 2.2.1. | O estado do Rio de Janeiro em foco                                                                                                   | 39  |
| 2.3.   | Conceituando Políticas públicas                                                                                                      | 47  |
| 2.4.   | Modelos sobre a definição de agenda governamental                                                                                    | 50  |
| 2.5.   | O processo de formulação da agenda governamental apoiado na micro-história                                                           | 57  |
| 3.     | O movimento feminista no processo de formulação das políticas públicas de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher       | 61  |
| 3.1.   | Discussão Teórica: Movimento de Mulheres e Movimento Feminista                                                                       | 62  |
| 3.2.   | O movimento feminista no Brasil até a década de 1970                                                                                 | 67  |
| 3.3.   | O movimento feminista brasileiro no contexto das eleições de 1982                                                                    | 83  |
| 3.4.   | O processo de criação do CNDM                                                                                                        | 85  |
| 3.5.   | O contexto dos assassinatos e a tese da “legítima defesa da honra”                                                                   | 93  |
| 3.6.   | SOS-Mulher: a prática feminista fluminense no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica                                 | 96  |
| 3.7.   | A construção da agenda feminista fluminense sobre o tema da violência doméstica contra a mulher                                      | 102 |
| 4.     | Violência doméstica contra a mulher: a evolução do marco legal                                                                       | 107 |
| 4.1.   | Discussão teórica sobre a cidadania das mulheres                                                                                     | 109 |
| 4.2.   | Os tratados internacionais e o marco jurídico brasileiro                                                                             | 116 |
| 4.2.1. | A Cedaw e a garantia do princípio da igualdade                                                                                       | 118 |
| 4.2.2. | A repercussão da Convenção de Belém do Pará no marco legal brasileiro                                                                | 127 |
| 4.3.   | Os direitos das mulheres no marco legal brasileiro                                                                                   | 134 |
| 4.3.1. | A bancada feminina na Câmara dos Deputados                                                                                           | 135 |
| 4.3.2. | A atuação do CNDM na Constituição Federal de 1988                                                                                    | 141 |
| 4.3.3. | As conquistas na Constituição Federal de 1988 e a Legislação pós-Constituição                                                        | 147 |

|        |                                                                                                              |     |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.4.   | A violência doméstica contra a mulher em debate na Alerj                                                     | 150 |
| 4.4.1. | A bancada feminina na Alerj                                                                                  | 151 |
| 4.4.2. | A Constituição Estadual do Rio de Janeiro de 1989                                                            | 155 |
| 4.5.   | Alerj: leis ordinárias sobre a violência doméstica contra a mulher                                           | 159 |
| 4.5.1. | O processo de formulação da lei de criação da Deam                                                           | 161 |
| 4.5.2. | A tramitação da lei de criação das Casas Abrigo                                                              | 165 |
| 4.5.3. | O poder executivo estadual e a lei de criação do Cedim                                                       | 169 |
| 4.5.4. | A tramitação da lei dos Centros de Referência da Mulher                                                      | 171 |
| 4.6.   | “Maria da Penha: uma Mulher, um Caso, uma Lei”                                                               | 174 |
| 4.6.1. | O processo de formulação da Lei n.º 11.340 (Lei Maria da Penha)                                              | 179 |
| 5.     | Violência doméstica contra a mulher: evolução do arcabouço institucional no estado do Rio de Janeiro         | 188 |
| 5.1.   | Deam: a primeira conquista institucional                                                                     | 189 |
| 5.2.   | O processo de implementação do Cedim                                                                         | 208 |
| 5.2.1. | As condições políticas para a criação do Cedim                                                               | 209 |
| 5.2.2. | A natureza híbrida do Cedim                                                                                  | 214 |
| 5.3.   | O Cedim e a formulação das políticas públicas voltadas para o combate da violência doméstica contra a mulher | 229 |
| 5.3.1. | O contexto de criação da Comissão Especial de Segurança da Mulher                                            | 229 |
| 5.3.2. | O Cedim e a Convenção Fluminense pela Efetiva Cidadania da Mulher                                            | 237 |
| 5.4.   | O Cedim e o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica                                           | 245 |
| 5.4.1. | Centro Pró-Mulher: “Em briga de marido e mulher o Estado já mete a colher”                                   | 247 |
| 5.4.2. | A institucionalização do Ciam Márcia Lyra                                                                    | 250 |
| 5.4.3. | Niam: Política de interiorização do Cedim                                                                    | 253 |
| 5.5.   | I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004)                                                  | 255 |
| 6.     | Considerações finais                                                                                         | 259 |
| 7.     | Referências bibliográficas                                                                                   | 265 |
| 8.     | Apêndices                                                                                                    | 288 |
| 9.     | Anexos                                                                                                       | 293 |

## Lista de Tabelas

|           |                                                                                                                                                                              |     |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 01 | Mulheres vítimas de ameaça, homicídio doloso, lesão corporal dolosa, estupro e tentativa de homicídio em relação ao total de vítimas no estado do Rio de Janeiro (2006-2010) | 43  |
| Tabela 02 | Série histórica de homicídio doloso no estado do Rio de Janeiro (Valores absolutos e taxa anual por 100 mil habitantes)                                                      | 44  |
| Tabela 03 | Provável Relação entre Vítima e Acusado de Homicídio Doloso no Estado do Rio de Janeiro – 2006 a 2010 (valores absolutos)                                                    | 45  |
| Tabela 04 | Estatística do Eleitorado por Sexo Pesquisa Brasil – 1990 a 2010                                                                                                             | 137 |

## Lista de Gráficos

|            |                                                                                                                                                                         |    |
|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 01 | Violências sofridas (estimulada, em %)                                                                                                                                  | 36 |
| Gráfico 02 | Vínculo com o agressor, por tipo de violência (espontânea, em %)                                                                                                        | 36 |
| Gráfico 03 | Provável Relação entre Mulher Vítima e Acusado de Ameaça Proveniente de Violência Doméstica ou Familiar no Estado do Rio de Janeiro – 2006 a 2010 (valores percentuais) | 43 |

## Lista de Quadros

|           |                                                                                   |    |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 01 | Estimativa do número de brasileiras que sofreram violência, por tipo de violência | 37 |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------|----|

## Lista de siglas e abreviaturas

|                 |                                                                            |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------|
| ABCP            | - Associação Brasileira de Ciência Política                                |
| ABI             | - Associação Brasileira de Imprensa                                        |
| Advocaci        | - Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos                                  |
| Agende          | - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento                             |
| Alerj           | - Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro                       |
| AMB/Rio         | - Articulação de Mulheres Brasileiras/Rio                                  |
| Anpocs          | - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais      |
| AP              | - Ação Popular                                                             |
| Aspas           | - Ação Social Paulo VI                                                     |
| Asplan          | - Assessoria de Planejamento da Polícia Civil                              |
| Benfam          | - Sociedade de Bem-Estar Familiar                                          |
| BID             | - Banco Interamericano de Desenvolvimento                                  |
| BVM             | - Biblioteca Virtual da Mulher                                             |
| Caces           | - Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais                     |
| Capes           | - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior              |
| CDVida          | - Centro de Defesa da Vida                                                 |
| CEBs            | - Comunidades Eclesiais de Base                                            |
| CECF            | - Conselho Estadual da Condição Feminina                                   |
| Cedaw           | - Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher               |
| Cedim           | - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher                                 |
| Cejil           | - Centro pela Justiça e o Direitos Internacional                           |
| Cemina          | - Comunicação, Educação e Informação em Gênero                             |
| Ceom Zuzu Angel | - Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel                        |
| Cepam           | - Centro Policial de Atendimento à Mulher                                  |
| Cepia           | - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação                           |
| CEUEP           | - Centro Unificado de Ensino e Pesquisa                                    |
| Cfemea          | - Centro Feminista de Estudos e Assessoria                                 |
| Ciam            | - Centro Integrado de Atendimento à Mulher                                 |
| Ciam-Baixada    | - Centro Integrado de Atendimento à Mulher da Baixada Fluminense           |
| CIDH            | - Comissão Interamericana de Direitos Humanos                              |
| CIM             | - Comissão Interamericana de Mulheres                                      |
| Cladem          | - Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher |
| CMB             | - Centro da Mulher Brasileira                                              |
| CNDM            | - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher                                 |
| CNPM            | - Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres                       |
| Cras            | - Centro de Referência da Assistência Social                               |
| Creas           | - Centro de Referência Especializado da Assistência Social                 |

|               |                                                                |
|---------------|----------------------------------------------------------------|
| DDM           | - Delegacia de Defesa da Mulher                                |
| Deam          | - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher              |
| Degase        | - Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas                 |
| DGPC          | - Diretoria Geral da Polícia Civil                             |
| Diap          | - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar         |
| DP            | - Delegacia de Polícia                                         |
| Dpam          | - Departamento de Polícia de Atendimento à Mulher              |
| ESS           | - Escola de Serviço Social                                     |
| EUA           | - Estados Unidos da América                                    |
| FEDM          | - Fundo Especial dos Direitos da Mulher                        |
| Faperj        | - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro    |
| FBPF          | - Federação Brasileira para o Progresso Feminino               |
| Fundação Cide | - Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro              |
| Geledés       | - GELEDÉS Instituto da Mulher Negra                            |
| IBGE          | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística              |
| IEPALA        | - Instituto de Estudios Políticos para América Latina y África |
| IME/RJ        | - Instituto Militar de Engenharia do Rio de Janeiro            |
| IML           | - Instituto Médico Legal                                       |
| IPÊ           | - Instituto para a Promoção da Equidade                        |
| ISP           | - Instituto de Segurança Pública                               |
| ISSP          | - International Social Survey Programme                        |
| IUPERJ        | - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro       |
| Jecrim        | - Juizado Especial Legal                                       |
| JVDFM         | - Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher    |
| LBA           | - Legião Brasileira de Assistência                             |
| MCV           | - Movimento do Custo de Vida                                   |
| MDB           | - Movimento Democrático Brasileiro                             |
| MJ            | - Ministério da Justiça                                        |
| MOS           | - Movimento pela Saúde                                         |
| MR-8          | - Movimento Revolucionário Oito de Outubro                     |
| NEEP          | - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas                      |
| NEM           | - Núcleo de Estudos da Mulher – PUC/RJ                         |
| NEV           | - Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo  |
| Niam          | - Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher                     |
| Nuam          | - Núcleo de Atendimento à Mulher                               |
| Nudem         | - Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher             |
| OAB           | - Ordem dos Advogados do Brasil                                |
| OEA           | - Organização dos Estados Americanos                           |
| OMS           | - Organização Mundial da Saúde                                 |
| ONG           | - Organização Não-Governamental                                |
| ONU           | - Organização das Nações Unidas                                |
| Paism         | - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher           |
| PAM           | - Posto de Atendimento à Mulher                                |

|            |                                                                                |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| PC do B    | - Partido Comunista do Brasil                                                  |
| Proderj    | - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro |
| PDS        | - Partido Democrático Social                                                   |
| PDT        | - Partido Democrático Brasileiro                                               |
| PFL        | - Partido da Frente Liberal                                                    |
| PL         | - Projeto de Lei                                                               |
| PM         | - Polícia Militar                                                              |
| PMDB       | - Partido do Movimento Democrático Brasileiro                                  |
| PNAD       | - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio                                   |
| PNPM       | - Plano Nacional de Políticas para Mulheres                                    |
| PPGAR      | - Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco                              |
| PPR        | - Partido Progressista Reformador                                              |
| Procon     | - Programa de Defesa do Consumidor                                             |
| Proderj    | - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro |
| Pró-Mulher | - Centro de Promoção da Mulher                                                 |
| PSDB       | - Partido da Social Democracia Brasileira                                      |
| PT         | - Partido dos Trabalhadores                                                    |
| PTB        | - Partido Trabalhista Brasileiro                                               |
| Redeh      | - Rede de Desenvolvimento Humano                                               |
| Samul      | - Subsecretaria-Adjunta de Políticas Públicas para as Mulheres                 |
| SBPC       | - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência                             |
| SciELO     | - Scientific Electronic Library Online                                         |
| Sedeb      | - Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Baixada Fluminense                 |
| Sedese     | - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais               |
| SEJDIC     | - Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos                           |
| Senasp     | - Secretaria Nacional de Segurança Pública                                     |
| SEPC       | - Secretaria Estadual de Polícia Civil                                         |
| Sepdet     | - Secretaria Estadual de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo     |
| SEPI       | - Superintendência de Ensino e Pesquisa Interdisciplinares                     |
| Seppir     | - Secretaria Especial de Políticas da Promoção e Igualdade Racial              |
| SESEG      | - Secretaria de Estado de Segurança                                            |
| SPM        | - Secretaria Especial de Política para as Mulheres                             |
| SSP        | - Secretaria de Estado de Segurança Pública                                    |
| STJ        | - Superior Tribunal de Justiça                                                 |
| Sudim      | - Superintendência de Direitos das Mulheres                                    |
| Themis     | - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero                                      |
| UERJ       | - Universidade Estadual do Rio de Janeiro                                      |
| UFRJ       | - Universidade Federal do Rio de Janeiro                                       |
| Unicamp    | - Universidade Estadual de Campinas                                            |
| USP        | - Universidade de São Paulo                                                    |